



PARECER Nº 205/2023 – ASSEJUR/ICATU

EMENTA: PROCESSO Nº 812/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP 021/2023 – Registro de preços para eventual e futura contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção de ar condicionado que atenda a demanda da Prefeitura Municipal de Icatu-MA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO ADEQUADA – PROCEDIMENTO REGULAR

I – RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico final solicitado pela Comissão Permanente de Licitação. Concluída a sessão do pregão eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta assessoria para emissão de parecer jurídico final verificando a possibilidade de sua homologação, sendo que, anterior a esta fase, em atendimento as disposições do artigo 53, parágrafo 1, inciso I e II da lei 14.133/2021 foi examinado e se aprovou a minuta do edital e contrato, bem como considerou regular o procedimento.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

Cuida-se de parecer jurídico acerca do procedimento licitatório de nº 812/2023 do pregão eletrônico SRP 021/2023 que teve como finalidade selecionar a melhor proposta para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção de ar condicionado que atenda a demanda da Prefeitura Municipal de Icatu-MA.

O instrumento convocatório com seus anexos está acompanhado do pertinente Parecer Jurídico desta assessoria, tendo sido publicado nos diários oficiais.

Em 03 de outubro de 2023 foi realizada a abertura de sessão para recebimento das propostas e ofertas de lances, tendo sido classificadas, as empresas que apresentaram menor preço por item, conforme pode se observar nas fls de n



Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dando continuidade ao certame, o pregoeiro em análise aos lances ofertados pelas respectivas empresas credenciadas/habilitada, conforme ata de sessão juntada aos autos, declarou-se vencedora, a empresa IMPÉRIO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ de nº: 22.260.501/0001-40 pelo valor de R\$ 1.548,700 (um milhão quinhentos e quarenta e oito mil e setecentos reais).

Não houve interposição de recurso.

Após análise dos autos, conclui-se, portanto, que o presente processo licitatório está em ordem e dentro do que determina as leis de regência.

III– DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, atestamos a regularidade jurídico formal do procedimento, que está apto a ser submetido à homologação da autoridade superior, tudo observadas as formalidades legais, prazo de lei e do Edital. Portanto, opinamos pela legalidade do certame, indicando pelo prosseguimento do feito, com a devida homologação e demais procedimentos legais.

Por derradeiro, resta evidenciar que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no Instrumento Convocatório, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93. Portanto, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração Pública.

Destarte, não se incluem no âmbito de análise deste Órgão Jurídico os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária.

É o parecer s.m.j

Icatu/MA, 20 de outubro de 2023.

KACIARA BALDÉS MORAES

(Assessora Jurídica)
OAB/MA 10.270